

HIPERTEXTO/DROGAS

A proposta do Uruguai de **permitir a venda da droga** trouxe a discussão de volta à cena. Mas não há consenso entre especialistas

MACONHA

LIBERAR OU NÃO,

EIS A QUESTÃO

ELTON LYRIO

emorati@redgazeta.com.br

A previsão de descriminalizar o porte e o uso de drogas no novo Código Penal e a decisão do governo uruguaio de fazer uma "legalização controlada" da maconha colocam mais ingredientes em um debate que tem crescido no Brasil: afinal, descriminalizar – ou legalizar – essas substâncias é mesmo o caminho?

Segundo dados do Relatório Mundial Sobre Drogas 2012, divulgado pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (Unodc) ontem – no Dia Mundial de Combate às Drogas –, 5% da população adulta (entre 15 e 64 anos) usaram algum tipo de droga em 2010. As mais consumidas são a maconha e as anfetaminas. De acordo com o levantamento, 13% dos usuários têm problemas causados pela dependência química.

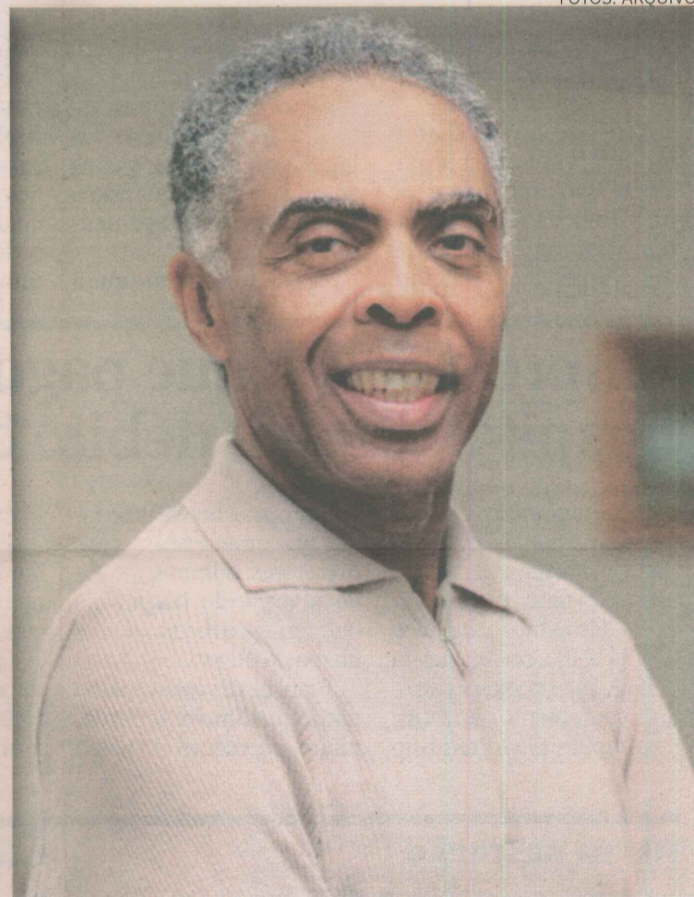
Quem defende a liberação da maconha argumenta que a medida reduziria o consumo, a violência e que se trata de uma droga "leve", argumentos refutados pelos especialistas contrários à medida. É fato, no entanto, que a corrente pró-liberação tem ganhado adeptos de peso, entre eles o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Ele conduziu o documentário "Quebrando o Tabu", em que aborda a questão, e chegou a viajar à Holanda, país onde o uso é regulamentado. "Na Holanda é muito interessante. Os meninos de colégio não têm curiosidade pela maconha, porque é livre", disse o ex-presidente em entrevista ao Fantástico, em maio de 2011. Para ele, falta coragem para discutir o tema.

Outro que falou sobre o tema foi o cantor e ex-ministro da Cultura Gilberto Gil. Aos 60 anos, admitiu, em entrevista à Folha de S. Paulo, ter usado a droga até os 50. Segundo Gil, a maconha teria tido efeitos até sobre a sua criatividade musical: "A maconha desencadeava liberdade auditiva".

A militância pela legalização ganhou força com a chamada Marcha da Maconha, organizada no país desde 2006 e presente em mais de 30 cidades no Brasil. Em 2011, o movimento obteve duas grandes vitórias no Supremo Tribunal Federal (STF). Em junho, a



FHC defende que a descriminalização inibirá o consumo



O ex-ministro Gil admitiu ter fumado até os 50 anos

corrente entendeu que esse tipo de movimento não podia ser classificado como apologia de "fato criminoso". Já em novembro, o Supremo decidiu que a Lei de Drogas, que proíbe "induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga", não poderia ser usada por magistrados para vetar as marchas.

PRECONCEITO

Um dos organizadores da Marcha da Maconha no Rio de Janeiro, o advogado André Barros, defende que a criminalização da maconha no Brasil é fruto de preconceito. "Quem trouxe o hábito de fumar maconha para o Brasil foram os negros escravos. Já se criminalizou toda a cultura negra, como a capoeira e o candomblé, mas só a maconha permanece criminaliza-

da", argumenta ele, dizendo que a primeira lei a proibir o consumo foi um código de posturas do município do Rio de Janeiro, datado de 1830.

Ele afirma que a maconha tem sua importância histórica, até mesmo para a produção de tecidos, e que a visão sobre a planta sofreu preconceitos ao longo da história. "Com a legalização, teríamos um grande avanço no aspecto medicinal. O consumo torna a pessoa mais tranquila, reflexiva. Não é algo que se consome individualmente, mas em grupo. Um avanço em meio a essa sociedade estressada e individualizada", defende. Ele ressalta que a planta seria possuidora de diversas propriedades medicinais e que o fumo não seria seu único uso. "A maconha também pode ser consumida

como chá, ou alimento", avalia.

André defende que o fato de a substância não ser legalizada beneficia o tráfico, que – acredita – seria enfraquecido com a mudança. "Oitenta por cento dos que consomem alguma substância tida como ilícita consomem maconha. Como os traficantes controlam o que é vendido, eles retiram a maconha e a substituem por outras drogas mais pesadas e mais prejudiciais à saúde", aponta.

Sobre o fato de pesquisas recentes terem apontado efeitos prejudiciais da droga, ele argumenta que é preciso informação. "É claro que é ruim para determinadas pessoas. Até o açúcar é ruim para alguns. É uma escolha da vida privada. Não é o Estado que deve escolher. As pessoas precisam se infor-

a droga, onde é possível comprá-la em cafés e consumi-la livremente em determinadas áreas – houve uma mudança para aumentar o controle sobre a droga. Neste ano, o governo holandês implantou uma

o consumo e o cultivo de maconha para uso medicinal

penalizados, mas devem ser regulados com a nova lei. Haverá uma cota de 40 cigarros por mês

proximidades de escolas ou na presença de menores

mas não deixa bem clara a questão do tráfico nem do tratamento para o usuário", critica. Yamashita defende que não é possível tratar as drogas só como questão criminal, de segurança pública. "É também uma questão de saúde pública", pontua.



Marcha da Maconha em Vitória: o movimento ganhou força, mas o caráter “inofensivo” da droga é considerado polêmico entre os especialistas

mar. e a ilegalidade impede isso”, afirma.

PROBLEMAS

Com uma trajetória de longa experiência no tratamento da dependência química, o médico João Chequer não acredita que a solução passe por legalizar a droga. Para ele, mesmo as chamadas substâncias lícitas – como o cigarro, o álcool e os medicamentos psicotrópicos – causam grandes problemas sociais e de saúde pública. “O álcool, em geral, é a porta de entrada para outras drogas. De 60% a 70% dos usuários de cocaína ou de crack usam primeiro o álcool e têm a consciência de que se não beberem não usam a droga. Já o cigarro é o principal causador de mortes evitáveis. Essas drogas têm um custo social muito grande”, aponta.

Embora contrário à legalização, Chequer defende que o usuário receba tratamento para deixar a dependência, em vez de ser punido. “O indivíduo que for apanhado usando tem que ser tratado. Não pode haver liberdade para quem usa das drogas para obter vantagem financeira, que é o caso do tráfico”, frisou.

O médico acredita que o fato de as drogas deixarem de ser consideradas algo ilícito facilitaria o acesso a esse tipo de substância e até mesmo encorajaria o uso. “Seria mais fácil usar. A barreira da legalidade deixaria de existir, não teria aquela coisa de o pai falar para o filho que é ilegal, deixa de haver esse argumento e o indivíduo pode ficar encorajado. A pessoa vai poder chegar a um local, como uma farmácia, e ali adquirir”, apontou.

Ele fez questão de citar que, ao contrário do que muitos pensam, a maconha não é tão inofensiva quanto se alardeia. “Não é de forma nenhuma uma droga leve. É um alucinógeno que em pessoas com o fator hereditário ajuda a desencadear a esquizofrenia”, destacou.

Chequer também lembra que na Holanda – país conhecido por ter regulamentado a droga, onde é possível comprá-la em cafés e consumi-la livremente em determinadas áreas – houve uma mudança para aumentar o controle sobre a droga. Neste ano, o governo holandês implantou uma

DROGAS PELO MUNDO

CANADÁ
A cidade de Vancouver possui, desde 2003, salas para uso seguro de drogas injetáveis. Nesses locais, são disponibilizados materiais descartáveis, assim como orientação médica

PORTUGAL
O país descriminalizou todas as drogas, desde que para consumo pessoal, em 2001. Quem é flagrado portando qualquer droga pode ser no máximo enquadrado administrativamente e indicado para acolhimento por uma comissão de dissuasão, para encorajá-lo ao tratamento

HOLANDA
Desde a década de 1970, o país permite o consumo de maconha. A droga pode ser adquirida por maiores de 18 anos, em lojas conhecidas como coffee shops. A partir de maio deste ano, o governo endureceu as regras para evitar o narcoturismo

ESTADOS UNIDOS
16 Estados norte-americanos e a capital, Washington D.C., descriminalizaram a posse, o consumo e o cultivo de maconha para uso medicinal

URUGUAI
O país pretende legalizar a maconha, estatizando a venda da droga. Atualmente, o consumo e o porte não são penalizados, mas devem ser regulados com a nova lei. Haverá uma cota de 40 cigarros por mês

BRASIL
Atualmente, o uso de drogas, embora seja crime, não é punido com prisão, mas com advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade (de 5 a 10 meses) e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
A proposta da comissão que reforma o Código Penal é de que usuário poderia portar uma quantidade regulamentada pela Anvisa para consumo de 5 dias. Só ocorreria crime se o consumo fosse feito nas proximidades de escolas ou na presença de menores

nova legislação, obrigando as casas onde se vende maconha – chamadas de coffee shops – a se transformarem em clubes privados com no máximo 2 mil sócios, todos residentes legais no país. O objetivo é eliminar a presença de estrangeiros que vão ao país apenas para consumir a droga.

Esse fenômeno, conhecido como narcoturismo, é, segundo João Chequer, um dos problemas que podem ser gerados pela chamada “liberação controlada” da maconha no Uruguai, dependendo dos termos em que a legislação do país vizinho for firmada. “É algo que pode ser perigoso se as pessoas atravessarem a fronteira para usar a droga. Eles ficariam com o dinheiro gerado por essa venda; e o Brasil, com os custos de tratar esses usuários”, analisa.

CONTROLE

Em entrevista ao jornal O Globo, o presidente uruguaio, José Mujica, afirmou que a ideia é disciplinar o uso, mais do que liberá-lo. “Não estamos propondo uma legalização que permita que qualquer um possa ir ao armazém, comprar quantidades de maconha e fazer o que quiser. O Estado vai ter controle da qualidade, da quantidade, do preço, e as pessoas estarão registradas”, esclareceu.

Para o titular da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes, delegado Diego Yamashita, a decisão do país vizinho não deve ter qualquer influência no cenário das drogas no Brasil e até mesmo no Espírito Santo. “Não deve ser uma medida que possibilite as pessoas andarem para todos os cantos com quilos e quilos da droga”, acredita.

O delegado também criticou a previsão da descriminalização do uso e porte de drogas como foi previsto pela comissão de juristas que elaborou o anteprojeto do Código Penal. Para ele, a proposta é, além de tudo, incompleta. “Descriminaliza o uso, mas não deixa bem clara a questão do tráfico nem do tratamento para o usuário”, critica. Yamashita defende que não é possível tratar as drogas só como questão criminal, de segurança pública. “É também uma questão de saúde pública”, pontua.